BANCO TOPÁZIO

Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Topázio S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Finalizamos o exercício com resultado positivo, reflexo do reposicionamento estratégico do Banco e da concentração de esforços na oferta de crédito pulverizado para estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte através do desenvolvimento de canais de vendas. A ampliação do público alvo em decorrência da aliança estratégica com a Ticket Serviços, impulsionou o crescimento de nossa carteira de crédito, a qual atingiu o patamar de R$379 milhões, um crescimento de 82,6% sobre o ano anterior. Seguimos confiantes de que nossos esforços serão responsáveis por manter o Banco em crescente desenvolvimento e na manutenção de resultados positivos. **Controle Interno e *Compliance* -** O sistema de Controles Internos constitui-se em um conjunto de atividades estabelecidas pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição, com a finalidade de assegurar a aderência de todos os níveis de negócios às leis e regulamentos aplicáveis e às boas práticas de governança corporativa. Instituiu-se metodologia direcionada a proteção de seus ativos, de modo a atender à Resolução 2.554/1998 e correlatas, nas diversas áreas do Banco Topázio. **Ouvidoria -** Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução CMN nº 4.433/2015. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Gestão de Riscos -** A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e gerenciamento dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital, reportando-se à Diretoria de Controles. Conta ainda, com a atuação do Comitê de Riscos, através de reuniões mensais com a Diretoria Executiva e consultores externos. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância com as estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o *Value at Risk* (VaR), além da realização de testes de estresse simulando a carteira da Instituição em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, como: inadimplência, ratings e rolagens, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Além disso, através do Comitê de Ativos e Passivos do Banco são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 28 de fevereiro de 2018

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2017	2016
Ativo		
Circulante	**335.975**	**290.152**
Disponibilidades (Nota 4)	8.978	11.482
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.196	73.843
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	33.196	73.843
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	64.063	58.260
Carteira própria	63.460	56.740
Vinculados à prestação de garantias	603	1.520
Relações interfinanceiras	271	3.577
Depósitos vinculados ao Banco Central	216	117
Correspondentes	55	3.460
Operações de crédito (Nota 6)	216.288	125.194
Setor privado	230.318	140.574
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.030)	(15.380)
Outros créditos	12.755	17.273
Câmbio	133	–
Diversos (Nota 7)	15.773	20.445
Provisão para outros créditos	(3.151)	(3.172)
Outros valores e bens	424	523
Despesas antecipadas	424	523
Não circulante	**150.696**	**68.696**
Realizável a longo prazo	147.830	66.371
Operações de crédito (Nota 6)	143.431	63.924
Setor privado	148.925	67.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.494)	(3.188)
Outros créditos	3.957	2.323
Diversos (Nota 7)	3.957	2.323
Outros valores e bens	442	124
Despesas antecipadas	442	124
Imobilizado de uso (Nota 8)	719	667
Outras imobilizações de uso	3.038	2.767
Depreciações acumuladas	(2.319)	(2.100)
Intangível (Nota 9)	1.221	325
Ativos intangíveis	1.314	1.058
Amortização acumulada	(93)	(733)
Diferido (Nota 9)	926	1.333
Gastos de organização e expansão	4.059	4.059
Amortização acumulada	(3.133)	(2.726)
Total do ativo	486.671	358.848

	2017	2016
Passivo		
Circulante	**177.542**	**78.388**
Depósitos	154.475	53.364
Depósitos à vista (Nota 10)	24.216	9.212
Depósitos interfinanceiros (Nota 10)	–	641
Depósitos a prazo (Nota 10)	130.259	43.511
Relações interdependências	3.070	4.102
Recursos em trânsito de terceiros	3.070	4.102
Outras obrigações	19.997	20.922
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	391	220
Câmbio	149	–
Fiscais e previdenciárias	4.713	1.874
Diversas (Nota 11)	14.744	18.828
Não circulante	**220.089**	**196.081**
Depósitos	217.371	193.714
Depósitos a prazo (Nota 10)	217.371	193.714
Outras obrigações	2.718	2.367
Diversas (Nota 11)	2.718	2.367
Patrimônio líquido (Nota 13)	89.040	84.379
Capital	133.114	133.114
De domiciliados no País	133.114	133.114
Ajustes de avaliação patrimonial	2	(15)
Prejuízos acumulados	(44.076)	(48.720)
Total do passivo e do patrimônio líquido	486.671	358.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Aumento de Capital	Capital a realizar	Reserva Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	76.914	6.200	(800)	–	(20)	(29.104)	53.190
Aumento de capital	56.200	(6.200)	800	–	–	–	50.800
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(19.616)	(19.616)
Ajuste ao mercado	–	–	–	–	5	–	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	133.114	–	–	–	(15)	(48.720)	84.379
Saldos em 1 de janeiro de 2017	133.114	–	–	–	(15)	(48.720)	84.379
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	4.644	4.644
Ajuste ao mercado	–	–	–	–	17	–	17
Saldos em 31 de dezembro de 2017	133.114	–	–	–	2	(44.076)	89.040
Saldos em 1 de julho de 2017	133.114	–	–	–	(7)	(47.301)	85.806
Lucro do semestre	–	–	–	–	–	3.225	3.225
Ajuste ao mercado	–	–	–	–	9	–	9
Saldos em 31 de dezembro de 2017	133.114	–	–	–	2	(44.076)	89.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2º Sem. 2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	54.158	99.718	70.402
Operações de crédito	46.357	84.161	50.942
Resultado de operações de câmbio	3.934	4.695	1.577
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.867	10.793	17.877
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	–	69	6
Despesas da intermediação financeira	(23.980)	(44.309)	(60.480)
Operações de captação no mercado	(13.367)	(29.084)	(34.059)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	–	–	(731)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.613)	(15.225)	(25.690)
Resultado bruto da intermediação financeira	30.178	55.409	9.922
Outras receitas/despesas operacionais	(26.487)	(48.318)	(29.518)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	32.520	62.433	36.367
Rendas de tarifas bancárias	1.601	2.714	1.664
Despesas de pessoal	(11.729)	(18.739)	(18.414)
Despesas administrativas (Nota 15)	(44.529)	(84.703)	(54.491)
Despesas tributárias	(5.348)	(9.869)	(6.102)
Outras receitas operacionais	2.740	3.985	12.797
Outras despesas operacionais	(1.742)	(4.139)	(1.339)
Resultado operacional	3.691	7.091	(19.596)
Resultado não operacional	(7)	(182)	(937)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.684	6.909	(20.533)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)	(459)	(2.265)	917
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.369)	(2.369)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.910	104	917
Lucro/Prejuízo do semestre/exercício	3.225	4.644	(19.616)
Lucro/Prejuízo por ação	0,03	0,04	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2º Sem. 2017	2017	2016
Atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício antes dos impostos	3.684	6.909	(20.532)
Ajustes ao resultado do semestre/exercício	12.913	18.361	30.486
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.610	15.246	22.999
Provisão para outros créditos	3	8	2.691
Provisão para passivos contingentes	1.916	2.106	2.631
Depreciação e amortização	376	816	1.329
Baixa líquida de imobilizado e intangível	8	185	836
Resultado líquido ajustado	16.597	25.270	9.954
Variações nos ativos e passivos	(41.918)	(66.879)	(10.391)
Ajustes de avaliação patrimonial	9	17	5
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.512)	(5.804)	(21.238)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	3.108	3.306	(2.209)
(Aumento) em operações de crédito	(112.774)	(185.847)	(76.126)
Redução em outros créditos	3.994	2.876	85.254
Redução (aumento) em outros valores e bens	1.722	(115)	761
(Redução) aumento em outras obrigações	(18.864)	(5.048)	10.650
Aumento (redução) em depósitos	80.652	124.768	(11.078)
Aumento (redução) em relações interdependências	2.747	(1.032)	3.590
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(25.321)	(41.609)	(437)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(12)	(321)	(148)
Aplicação no intangível	(990)	(1.221)	(1)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.002)	(1.542)	(149)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital por subscrição	–	–	50.800
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	–	–	50.800
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(26.323)	(43.151)	50.214
Modificação na posição de caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	68.497	85.325	35.111
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 4)	42.174	42.174	85.325
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(26.323)	(43.151)	50.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006. Desde 12 de junho de 2009 opera na forma de Banco Múltiplo. O Banco Topázio tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Good Card e Ticket (alcançada através de aliança estratégica firmada em 2016). Em junho de 2016 foi firmada parceria com a Ticket, empresa representativa na gestão de convênios associados ao programa PAT e a gestão de frotas. O objetivo da parceria é aumentar o público-alvo do Banco, elevando os patamares de liberação de crédito, com reflexo já no 2° semestre de 2016. Essa parceria permite a preferência e acesso à informação relevante para a oferta de capital de giro aos estabelecimentos credenciados. O Banco concluiu o processo de descontinuidade da carteira de cartão de crédito para pessoas físicas bem como o saneamento da carteira de middle market, afetando ainda os resultados do exercício de 2016. Ambas as atividades foram responsáveis pelos prejuízos nos últimos anos devido ao desequilíbrio de preço, custo operacional e risco de crédito associado, além de crescimento organizacional para fazer frente às demandas destes produtos. Concomitantemente, o Banco revisou políticas de crédito, risco e liquidez, adotando parâmetros mais rígidos para aceitação de operações, maior conservadorismo na determinação da classificação de risco das operações, restringindo a exposição a contrapartes de operações e estabelecendo parâmetros de liquidez mais seguros. Também promoveu o reposicionamento de políticas de precificação o que possibilitou a geração de carteiras com menor risco de crédito e com maior rentabilidade. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 22 de fevereiro de 2018. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: • **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; • **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e • **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização (*"accrual"*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*"write-offs"*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso, mencionada na Nota 8, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 e com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta especifica de despesa. Conforme a Resolução 4.535, de 24 de novembro de 2016, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. **i. Intangível e diferido:** O ativo intangível está representado por gastos com o projeto Bank as a Service, Softwares e o desenvolvimento dos produtos Câmbio e Envio Fácil Internacional, registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 5 anos. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registradas ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de 10 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos:** • **Depósitos interfinanceiros** - representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) e são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidas em base *pro rata* dia. • **Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs) e Letras Finaceiras, pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos. **n. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. **o. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: • **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). **q. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **r. Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **s. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2017	2016
Disponibilidades	8.978	11.482
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.492	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.000	70.015
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.704	3.828
	33.196	73.843
Total de caixa e equivalentes de caixa	42.174	85.325

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	2017 Valor de mercado	2017 Valor de custo	2016 Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda			
Carteira própria - LFT	**63.460**	**63.457**	56.740
Vinculados à prestação de garantias - LFT	**603**	**604**	1.520
Total	**64.063**	**64.061**	58.260

Os títulos públicos federais possuem vencimento em 1° de março de 2018 e 1º de março de 2020 e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2017 foi registrado o ajuste de R$17 (R$5 em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **6. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: crédito consignado privado, financiamento ao consumo através de associação com varejos. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro e conta garantida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

a. Composição das operações de crédito por modalidade:

	2017 Circulante	2017 Não circulante	2017 Total	2016 Circulante	2016 Não circulante	2016 Total
Setor privado						
Capital de giro	**205.338**	**148.517**	**353.855**	122.153	66.445	188.598
CDC	**16.997**	**396**	**17.393**	17.564	303	17.867
Consignado	**289**	**12**	**301**	857	364	1.221
Conta garantida	**7.694**	–	7.694	–	–	–
Total operações de crédito	**230.318**	**148.925**	**379.243**	140.574	67.112	207.686

b. Composição da carteira por vencimento:

	2017	2016
Vencidos:		
Até 60 dias	**6.116**	4.991
De 61 a 180 dias	**2.634**	3.625
Acima de 180 dias	**1.343**	2.718
A vencer:		
Até 180 dias	**122.621**	79.129
De 181 a 360 dias	**97.604**	50.111
Total circulante	**230.318**	140.574
A vencer acima de 360 dias (não circulante)	**148.925**	67.112
Total	**379.243**	207.686

c. Composição da carteira por setor de atividade:

	2017	2016
Indústria	**792**	3.401
Comércio	**360.575**	184.977
Outros serviços	**182**	220
Pessoa física	**17.694**	19.088
Total	**379.243**	207.686

• Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do BACEN:

Nível risco	2017 Operações de crédito (R$ mil)	2017 %	2017 Provisão (R$ mil)	2017 %	2016 Operações de crédito (R$ mil)	2016 %	2016 Provisão (R$ mil)	2016 %
A	**91.654**	**24,17**	**458**	**0,5**	55.240	26,60	276	0,5
B	**83.606**	**22,05**	**836**	**1,0**	52.024	25,05	520	1,0
C	**168.483**	**44,43**	**5.055**	**3,0**	78.331	37,71	2.350	3,0
D	**15.098**	**3,98**	**1.510**	**10,0**	4.313	2,08	432	10,0
E	**9.059**	**2,39**	**2.718**	**30,0**	1.286	0,62	386	30,0
F	**3.556**	**0,94**	**1.778**	**50,0**	2.458	1,18	1.229	50,0
G	**2.058**	**0,54**	**1.440**	**70,0**	2.198	1,06	1.538	70,0
H	**5.729**	**1,50**	**5.729**	**100,0**	11.836	5,70	11.837	100,0
Total	**379.243**	**100,00**	**19.524**		207.686	100,00	18.568	

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2º semestre 2017	2017	2016
Saldo inicial	**15.132**	**18.568**	16.339
Constituição de provisão	**16.165**	**28.746**	35.470
Reversão de provisão	**(5.554)**	**(13.500)**	(17.422)
Crédito baixados para prejuízo	**(6.219)**	**(14.290)**	(15.819)
Saldo final	**19.524**	**19.524**	18.568
Circulante	**14.030**	**14.030**	15.380
Não circulante	**5.494**	**5.494**	3.188

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 montavam R$20.287 (R$10.278 em 31 de dezembro de 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram recuperados créditos no montante de R$935 (R$4.191 em 31 de dezembro 2016). **7. Outros créditos diversos:**

	2017	2016
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	**1.799**	1.461
Títulos e créditos a receber (a)	**3.152**	5.781
Sociedades ligadas (b) (Nota 17)	**116**	540
Depósito judicial	**892**	1.818
Adiantamentos e antecipações salariais	**234**	47
Tributos diferidos (Nota 16)	**5.929**	7.460
Convênio rede PAE a receber	**3.496**	3.196
Outros	**154**	142
Total circulante	**15.773**	20.445
Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 16)	**3.957**	2.323
Total não circulante	**3.957**	2.323

(a) Títulos e créditos a receber
Valores a receber de correspondentes CDCi.
(b) Sociedades ligadas
Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. de R$90 (R$0,00 em 2016); GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda. de R$10 (R$1 em 2016), Saque e Pague Rede de Autoatendimento S.A. de R$16 (R$536 em 2016), Teccloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. de R$0,00 (R$2 em 2016) e Quantiza Tecnologia da Informação Ltda. de R$ 0,00 (R$1 em 2016), oriundos de reembolso de despesas.

8. Imobilizado de uso:

	2017 Custo corrigido	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Imobilização em curso - Outros	**–**	**–**	**–**	11
Instalações	**328**	**(150)**	**178**	213
Móveis e utensílios	**885**	**(475)**	**410**	211
Equipamentos de comunicação	**91**	**(62)**	**29**	41
Processamento de dados	**1.734**	**(1.632)**	**102**	191
	3.038	**(2.319)**	**719**	667

9. Intangível e diferido:

	2017 Custo corrigido	2017 Amortização acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido	Taxas anuais amortização %
Intangível					
Projetos de implantação de produtos	**1.221**	**–**	**1.221**	317	33 e 20
Softwares	**93**	**(93)**	**–**	8	20
	1.314	**(93)**	**1.221**	325	
	2017 Custo corrigido	**2017 Amortização acumulada**	**2017 Líquido**	**2016 Líquido**	**Taxas anuais amortização %**
Diferido					
Gastos de organização e expansão	**4.059**	**(3.133)**	**926**	1.333	10
	4.059	**(3.133)**	**926**	1.333	

10. Depósitos a prazo e interfinanceiros: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros, estão assim segregados:

	A vencer em até 90 dias	A vencer de 91 dias a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total circulante	Total não circulante
Depósitos					
Depósito à vista	24.216	–	–	24.216	–
Depósito a prazo	25.450	104.809	217.371	130.259	217.371
Total - dezembro 2017	**49.666**	**104.809**	**217.371**	**152.993**	**217.371**
Depósito à vista	9.212	–	–	9.212	–
Depósito a prazo	3.687	39.824	193.714	43.511	193.714
Depósito interfinanceiro	–	641	–	641	–
Total - dezembro 2016	**12.899**	**40.465**	**193.714**	**53.364**	**193.714**

Os depósitos a prazo são remunerados em até 122,00 % da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até dezembro/2020.

11. Outras obrigações - Diversas:

	2017	2016
Circulante		
Transações a reembolsar (a)	**1.703**	1.554
Sociedades ligadas (Nota 17)	**5.116**	4.640
Provisão para pagamentos (b)	**4.307**	2.468
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	**1.129**	2.199
Recursos de terceiros custodiados na TECBAN	**2.219**	6.681
Outras	**270**	1.286
Total circulante	**14.744**	18.828
Não circulante		
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	**2.718**	2.367
Total não circulante	**2.718**	2.367

(a) Transações a reembolsar: Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Provisão para pagamentos: Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores. **12. Passivos contingentes:** A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados na tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de perda	Quantidade	Provisão 2017	Provisão 2016
Trabalhista	Provável	**17**	**3.768**	4.479
Cível	Provável	**10**	**79**	87
Total			**3.847**	4.566

As ações de natureza cível são referentes à rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas. O valor das contingências possíveis não provisionadas contra o Banco totaliza, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R$ 4.675, referente a 28 processos cíveis e trabalhistas (R$ 8.851 em 2016, referente a 86 processos cíveis, trabalhistas e tributários). **13. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R$133.114, representado por 116.695.420 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2016 foi deliberado e aprovado aumento do Capital Social do Banco em R$50.000 mediante a emissão e subscrição de 43.833.002 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R$1,140693 por ação, dos quais R$43.550 foram integralizados em 12 de julho de 2016 e o restante, R$6.450, em 15 de julho de 2016. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações. **c. Dividendos:** O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/76. **14. Receitas de prestação de serviços:** As receitas de prestação de serviços são representadas em sua maioria pelas tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco, no montante de R$ 60.553 (R$ 35.113 em 2016) e tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito. **15. Despesas administrativas**

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Processamento de dados (a)	**31.588**	**60.392**	37.189
Serviços do sistema financeiro	**4.993**	**9.349**	6.428
Serviços técnicos especializados	**1.344**	**2.450**	2.395
Serviços de terceiros (b)	**4.476**	**8.244**	3.067
Aluguéis	**403**	**808**	741
Comunicações	**522**	**1.048**	1.160
Outras despesas administrativas	**1.203**	**2.412**	3.511
Total	**44.529**	**84.703**	54.491

(a) O aumento das despesas com processamento de dados no exercício de 2017 está relacionado à quantidade de terminais de atendimento de posto bancário (ATM) alugados. (b) O aumento das despesas com serviços de terceiros no exercício de 2017 está relacionado às comissões sobre operações de crédito pagas a parceiros referentes à disponibilização da base de clientes. **16. Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	6.909	(20.533)
(+) Adições	28.394	31.077
(–) Exclusões	(27.689)	(22.970)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações	7.614	(12.426)
IRPJ	(1.303)	–
CSLL	(1.066)	–
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(2.369)	–
IRPJ	234	509
CSLL	(130)	408
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	104	917
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.265)	917

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Baixa	Saldo em 2017
Adições temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.783	7.972	(3.129)	(4.739)	**9.887**

Período	2017	2016
Até 1 ano (Circulante)	**5.930**	7.460
Até 2 anos	**2.247**	871
Até 3 anos	**1.203**	846
Até 4 anos	**453**	606
Até 5 anos	**54**	–
Não circulante	**3.957**	2.323
Total	**9.887**	9.783

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 8,39% a.a. em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 8.918. O saldo existente em 31 de dezembro de 2017 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. **17. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

	2017 Saque e Pague	2017 Ticket	2017 Intermetro	2017 Quantiza	2017 Teccloud	2017 Outras	2017 Total	2016 Total
Ativo								
Outros créditos (a)	**16**	**90**	**–**	**–**	**–**	**10**	**116**	540
Passivo								
Depósitos à vista	**–**	**858**	**6**	**23**	**–**	**–**	**887**	3.084
Depósitos a prazo (b)	**490**	**–**	**9.506**	**–**	**1.063**	**20.589**	**31.648**	30.040
Outros passivos (c)	**5.002**	**14**	**100**	**–**	**–**	**–**	**5.116**	4.640

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas. (b) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (c) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. **b. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R$3.066 (R$2.466 em 2016). A Instituição não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **18. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 3.380/2006, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme Resolução nº 3.464/2007, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado. A Instituição utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de a Instituição honrar suas obrigações, causadas pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. Em atendimento à Resolução nº 4.090/2012, a Instituição monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme a Resolução nº 3.721/2009, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão de risco de crédito utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 3.988/2011, define-se gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários contemplando a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **19. Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em dezembro de 2017, o Banco Topázio encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 18,79%, possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 10,5% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O PR é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este, por sua vez, é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, desse modo esses indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e, portanto, estão acima do mínimo exigido de 6% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do Bacen e demais normativos pertinentes.

A Diretoria

Patrícia Cáren da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Topázio S.A. Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador - CRC SP-244525/O-9 T-RS